

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A ideologia da educação profissional no interior da CUT: das lutas sociais à concertação social dos anos 90

Eraldo Leme Batista¹
Marcos Roberto Lima²

Neste texto, analisaremos as mudanças ocorridas na principal Central Sindical do Brasil, a CUT, observando que nos anos noventa, esta entidade sindical reproduz conceitos e ideologia da classe dominante, já formulados em outro período histórico, político e econômico do Brasil, porém sob outros conceitos. Entendemos que em decorrência das mudanças desta Central Sindical, o entendimento sobre educação profissional também sofre alterações consideráveis. Sendo assim pretendemos abordar neste texto uma questão polemica. Estaria a CUT, compactuando com a ideologia da classe dominante aceitando suas orientações?

Se a luta da classe trabalhadora não foi fácil e se determinados setores dos trabalhadores se deram por derrotados após violenta perseguição e repressão na década de 30, principalmente sob o Estado Novo. Ao realizar análise do movimento sindical nos anos 90, priorizando estudo sobre a CUT, e fazendo uma análise comparativa de sua política no decorrer das últimas décadas constata-se que esta Central Sindical, que surge das mobilizações dos trabalhadores em período histórico, ainda sob governo militar, com o tempo vai trilhando outros caminhos que não os almejados pelos trabalhadores.

Se a CUT teve papel importante na organização e luta dos trabalhadores na década de 80, verifica-se que na década de 90, passa a se utilizar cada vez mais de estratégias, discursos e ações próximas do discurso hegemônico burguês.

¹ * Doutorando em Educação/Unicamp, GT: HISTEDBR/FE/UNICAMP: eraldo_batista@hotmail.com

² ** Mestrando em Educação/Unicamp, GT: HISTEDBR/FE/UNICAMP: lima2782@terra.com.br

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Como possibilidade de análise, pode-se apontar que esta central sindical cai definitivamente nos braços do Estado sob o governo Lula, deixando de lado definitivamente as concepções de classe, de organização social e passa a atuar no interior do Estado, a partir de inúmeros cargos exercidos por antigas lideranças sindicais. Ao mesmo tempo em que endeusa o Estado, fragiliza e desmobiliza a luta e organização social no país, pois como central sindical teve papel importante na organização dos trabalhadores na década de 80.

Para desenvolver a análise referente às mudanças ocorridas no interior da Central Única dos Trabalhadores nos reportamos à pesquisadores que também apreenderam o movimento e a metamorfose cutista. Ao analisar a postura desta Central Sindical, principalmente na questão da educação profissional, Souza, (2006) nos sugere que o “movimento sindical brasileiro tem compartilhado com o empresariado a idéias de formação de um ‘novo trabalhador’ para atender as atuais exigências de produtividade na indústria” (SOUZA, 2006, p.299). Entende ainda, que as práticas desta Central Sindical estão configurando, “*consentimento ativo brasileiro à política liberal-democrata de formação/qualificação profissional*” (SOUZA, 2006, p. 299).

Giovanni Alves (2000) nos sugere que de fato ocorreu uma mudança

(...) qualitativa na direção social–democrata do ‘novo sindicalismo’, passando de uma orientação de confronto para uma orientação propositiva. É o que indica o desenvolvimento de um tipo de ‘sindicalismo de resultados’ no interior da CUT, mais disposto ao diálogo que ao confronto com o capital. É a adoção de uma neopragmatismo sindical, com a incorporação do discurso da ‘concertação social’, que apenas representa uma estratégia política de sobrevivência de parcelas organizadas da classe diante da ofensiva do capital na produção (cujo exemplo clássico é o sindicalismo dos metalúrgicos do ABC) (ALVES, 2000, p. 120).

Em meados dos anos 90, a CUT expressa em documento referente a educação profissional, que a mesma possibilita a conquista da *cidadania plena*³, e passa cada vez

³ Em *Ensino técnico e globalização: cidadania ou submissão*, Marcos Francisco Martins dedicado todo um capítulo à análise do conceito cidadania, cap. 2: Por um conceito de cidadania, onde assevera que: [...] buscar a cidadania que é um projeto em constante constituição, é pretender preparar todos os integrantes da comunidade ao exercício do governo. O cidadão deve ser formado para governar a si e os demais ao seu redor, que, individualmente, têm diferenças, mas devem gozar de condições de igualdade na definição dos

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

mais a ter uma ação ativa na política de formação profissional do país, via recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Neste período, a CUT já havia deixado a ideologia de classe de lado, substituindo definitivamente o discurso socialista pela defesa de um sindicalismo cidadão, propositivo, colaborador, participativo, propondo que os trabalhadores deveriam participar dos projetos tripartites, como a “bem sucedida experiência” das câmaras setoriais.

O discurso da CUT, pouco se diferencia, por exemplo, do discurso do IDORT nos anos 30, ou seja, discursos realizados pelos liberais desde os primórdios da República e mantidos até os dias atuais, porém sob novas roupagens, novas denominações, mas mantendo-se a essência. Podemos afirmar que estas ideologias, mesmo em períodos históricos diferentes, são idênticas? A classe dominante se utiliza de um mesmo discurso em períodos históricos diferentes, com objetivo de adestrar e cooptar os trabalhadores? Podemos sugerir que a CUT assimila este discurso e passa a “comungar” e divulgar teses liberais?

Neste cenário de transformações no mundo do trabalho, intensificação de diversas formas de precarização do trabalho, exploração e acumulação do capital, não estaria a CUT, a partir de década de 90, defendendo interesses do capital ao contribuir para o enfraquecimento da organização sindical no país? Ao conceber a educação profissional, como garantia da inserção social, da cidadania, respaldando o projeto burguês de sociedade?

Diversos pesquisadores (ALVES, 2000; ANTUNES, 1980, 1999; TUMOLO, 2002; SOUZA, 2006; GIANOTTI, 2007; BOITO, 1999), têm desenvolvido análises sobre este processo de mudanças de rumos e metamorfoseação da CUT.

Tumolo observa que:

Trata-se, portanto, de uma mudança política substancial, de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem capitalista que, gradativamente, perde o caráter classista em troca do horizonte da cidadania (TUMOLO, 2002, p. 129).

destinos da cidade, na co-gestão das coisas coletivas (MARTINS, 2000, pp. 47-48). O conceito também é trabalhado à luz do materialismo histórico dialético por Wood em *Democracia contra o capitalismo*

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

As orientações da CUT “podem ser caracterizadas como a transformação de um sindicalismo combativo e de confronto, de cunho classista e com uma perspectiva socialista, para uma ação sindical pautada pelo trinômio proposição/negociação/participação dentro da ordem do capital” (TUMOLO, 1998).

Outro autor que questiona a prática da CUT enquanto Central Sindical é Armando Boito. Para este autor, esta entidade:

(...) abandonou a luta prática e a agitação de idéias contra o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro e não assumiu a luta e a denúncia sistemática contra a política neoliberal no seu conjunto. (...) O particionismo ativo passou a exigir da CUT a apresentação de propostas realistas, isto é, que fossem passíveis de serem encampadas, nos fóruns tripartites, pelos empresários e pelos governos neoliberais. O sindicalismo propositivo é, por isso, um sindicalismo que pretende elaborar propostas que interessariam tanto aos governos neoliberais e às empresas quanto aos trabalhadores. Acredita ser possível conciliar a burguesia com os trabalhadores e os trabalhadores com o neoliberalismo (BOITO, 1999, p. 144).

A CUT, de fato, ao metamorfosear-se passa a defender os interesses que são os mesmo da classe dominante, e neste sentido trata-se de uma traição de classe⁴, de passar a defender os interesses do capital e ao mesmo tempo enganar parcela considerável de trabalhadores com promessas de *dignidade social* que seriam possíveis em uma sociedade burguesa.

A CUT, dizendo-se representante dos trabalhadores, aceita o discurso ideológico burguês:

Os documentos da CUT passam a ocultar a existência de interesses de classes em confronto na sociedade. É como se as dificuldades vividas pelos trabalhadores decorressem do acaso ou de uma política equivocada. Os trabalhadores não teriam inimigos de classe, e a CUT poderia, agora, aspirar a representar a ‘sociedade’. Alguns elementos importantes da visão liberal da sociedade e da relação dessa com o Estado vão se impondo gradativamente na CUT, apesar de oscilações e contradições, na medida em que avançamos na década de 1990 (BOITO, 1999, p. 159).

Interessante observar que poucos anos antes das mudanças ocorridas nesta Central Sindical, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defendia o entendimento entre as

⁴ Configurando-se no que Gramsci chamou de *transformismo* de suas direções.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

classes (dominantes e dominadas) discurso idêntico sobre conciliação de classes já estava estampado nas páginas da revista IDORT, nos anos 30, ou seja, em outra organização da burguesia, em que se mantêm os mesmos discursos no início do século XX. Conforme o pensamento dos capitalistas industriais ligados ao CNI, deveria existir uma superação das divergências entre capital e trabalho, como se as mesmas pudessem se concretizar apenas pela vontade política de ambas as partes.

Neste sentido é que concordamos com a reflexão desenvolvida por Tumolo:

(...) no bojo da luta de classes no Brasil, o capital vem logrando acumular vitórias sobre a classe trabalhadora ou, mais especificamente, a estratégia implementada pelo capital no Brasil, balizada pela chamada reestruturação produtiva e, portanto, pelas mudanças no mundo do trabalho, vem resultando num processo de adequação da CUT à ordem capitalista (TUMOLO, 2002, p. 130).

Observa-se ainda, que existe uma diferença fundamental nas defesas do IDORT, do CNI e FIESP, para com a defesa da CUT nos anos 90 com relação à educação profissional e mesmo para com o conjunto de suas ações, pois estas entidades ligadas ao setor empresarial, industrial do país, representam os interesses da classe dominante, portanto não seria novidade as suas defesas ideológicas referente ao tema analisado, pois o objetivo é claro, manutenção da exploração da força de trabalho e a busca constante de aumento da produção ou acumulação de capital. A diferença se dá com relação a CUT, que assimila, consente e reproduz o discurso ideológico burguês, tornando-se dócil diante dos interesses do capital, apesar de ser um organismo representante da classe trabalhadora.

A classe dominante ampliou suas estratégias de exploração e cooptação ao mesmo tempo em que a principal Central Sindical do país retrocede em suas estratégias e ações ao reproduzir discurso ideológico mofado, que já estava colocado desde anos 20 e 30 pelos industrialistas.

Entendemos que a CUT, ao alterar significativamente suas estratégias, suas ações, e seu discurso ideológico contribui decisivamente para a desmobilização e enfraquecimento das lutas sociais encampados pela classe trabalhadora. Passou a predominar no seio do movimento sindical, em específico no seio da CUT, um discurso de formação profissional mais flexível, descentralizado para atender às necessidades do suposto desenvolvimento

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

econômico. Ocorre uma inserção não crítica no seio deste debate, não se considerando o conflito de classe a ele inerente. Nos dizeres de Souza:

Predomina a crença de que os diferentes sujeitos coletivos, cada um representando seus próprios interesses, seriam capazes de abordar em conjunto as demandas de capacitação, sejam daqueles setores e ocupações novas e emergentes, em especial, ou daqueles que ainda estão em processo de reconversão. O elemento catalisador dos interesses dos diferentes sujeitos sociais seria, portanto, o único propósito de encontrar vias de solução para a “erradicação dos conflitos” (grifo nosso) que eles próprios conservam em sua natureza, efetivando, desse modo, a conciliação de seus interesses mediante o acordo mútuo⁵.

Há uma crença de que as políticas públicas no setor da formação profissional exerceriam um importante papel na erradicação da exclusão social, sendo importante o entendimento e o consenso para identificação das demandas.

Ricardo Antunes, em *Adeus ao trabalho*, analisa as diferentes formas de dominação através da *Reestruturação flexível*. A flexibilização da unidade produtiva, a desconcentração da produção, juntamente com a desregulamentação dos direitos trabalhistas, o novo modelo de gestão e “envolvimento” da força de trabalho, os chamados Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), realizando uma aproximação entre o saber e o fazer no trabalho, extrapolando os limites do estranhamento do trabalho.

Entre outros autores, Tumolo também considera que as transformações no mundo do trabalho são o elemento determinante dessas mudanças ocorridas na estratégia política da CUT, vinculadas à estratégia de recomposição do capital⁶.

Para Giovanni Alves, neste período ocorre um processo de *acumulação flexível de substrato predominantemente financeiro*, atingindo a base de mobilização sindical, tendendo a “enxugar” as plantas industriais criando, através das terceirizações, a precarização do mundo do trabalho através de prestadores de serviço e empresas subcontratadas (ALVES, 2006, p. 462).

A ofensiva do capital sobre a produção adquire ainda um caráter *ideológico-cultural*, onde os valores empresariais são disseminados dentro de uma lógica ligada ao

⁵ *Os descaminhos das políticas de formação/qualificação profissional: a ação dos sindicatos no Brasil recente*, In *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, Antunes (org), Boitempo, 2006, p. 476.

⁶ Cf, Santos, In Antunes (org) 2006, p. 493.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

capital. Prevalece o discurso da produtividade, da competência e eficiência econômica, atingindo escolas, meios de comunicação, universidades e *sindicatos*. O neoliberalismo aparece como uma cultura com redes *midiáticas* que tem alterado a percepção, linguagem e valores dos agentes sociais. O que se faz perceber no discurso político sindical, através de expressões incorporadas sem nenhuma crítica: empregabilidade, competências, formação profissional, globalização etc. (Idem)

A *subjetividade* do trabalho e a consciência de classe são diretamente atingidas, expressando-se nos organismos de representação dos trabalhadores entre os quais os sindicatos e partidos. Aos primeiros se impôs um tipo de *sindicalismo de participação* em lugar de um *sindicalismo de classe* (ANTUNES, 2002, p. 150). O impacto sobre a subjetividade da força de trabalho passa a suprimir a idealização de classe e as bases subjetivas da identificação com um projeto antagônico para *além da lógica do capital*. O sindicalismo abandona a representação como “*escola da luta de classe*”, própria do século XX, pelo reformismo do PT dos anos de 1980, transformando-se em um ideal corporativo, restrito ao âmbito da empresa, tornando-se funcional aos ditames do capital (ALVES, apud ANTUNES, 2006, p. 469).

Segundo Alves, a nova dinâmica do capitalismo global e a integração do Brasil no mercado mundial impulsionaram a CUT à burocratização, nos moldes das centrais sindicais dos países capitalistas centrais da Europa Ocidental e Estados Unidos, passando a adotar *políticas sindicais concertantes*, tendendo a esvaziar o horizonte da luta de classes e da contestação anticapitalista. A crise do capital teria servido de pretexto para a disseminação da nova ideologia e prática reformista do *concertamento social (grifo nosso)* (Idem, 463).

José dos Santos Souza descreve como já a partir do V Congresso da CUT, no ano de 1994, é possível perceber a mudança de estratégia da central e sua acomodação às reformas de cunho neoliberal empreendidas pelo governo brasileiro a partir dos anos de 1990, sobretudo durante o governo Fernando Henrique Cardoso (ANTUNES, 2006, p. 487).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A questão da educação profissional foi recolocada pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional, ligada ao Ministério do Trabalho. Gradativamente foi criado o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR) Seu financiamento se deu através das verbas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) (Idem, p. 484-486). Em linhas gerais, as diretrizes seguidas foram ditadas pela LDB 9394/96, sobretudo pelo parágrafo 2º do artigo 36 e pelos artigos 39 a 42 desta lei. Diretrizes essas regulamentadas pelo decreto Nº. 2.208, de abril de 1997 (idem, 478).

Um dos aspectos caros à nova proposta do ensino profissional era a parceria entre o governo e a sociedade, o que deveria criar novos canais de participação e controle público, dinamizando os já existentes, “desprivatizando-se o Estado” (grifo nosso), promovendo espaços de negociação de conflitos, apoiando formas de parceria nos diversos níveis de governo através de projetos desenvolvidos junto a ONGs, empresas, sindicatos e universidades (ibidem 481).

Uma verdadeira emancipação humana, própria da tradição marxista aos poucos é trocada pelos valores da *acomodação* social-democrática. Após a bancarrota do Leste europeu o mundo sindical não construiu um universo político e ideológico refundado no socialismo. Segundo Antunes, é este processo que passa a dominar a Central Única dos Trabalhadores:

Na Central Única dos Trabalhadores o quadro também é de grande apreensão. Começa a ganhar cada vez mais força, em algumas de suas principais lideranças, uma postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalistas, em nome de uma *acomodação dentro da Ordem*. O culto da negociação, das câmaras setoriais, do programa econômico para gerir *pelo capital* a sua crise, tudo isso está inserido num projeto de maior fôlego, cujo oxigênio é dado pelo *ideário* e pela *prática* social-democráticas. Trata-se de uma crescente definição *política e ideológica* no interior do movimento sindical brasileiro. E uma postura cada vez *menos* respaldada numa *política de classe*. E cada vez *mais* numa política para o *conjunto* do país, o “país *integrado do capital e do trabalho*” (ANTUNES 2002, pp. 154-155).

Essas transformações no seio da CUT trazem consigo um discurso pedagógico de formação e qualificação do trabalhador, inclusive com a utilização do FAT. Tornando-se, diferentemente do proposto na origem desta central, braço de aplicação das reformas

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

governamentais, sobretudo no que tange a falácia da resolução das crises mediante a formação da força de trabalho.

Em um contexto de desemprego estrutural, como assevera Ellen Wood, o investimento em educação e treinamento representa um sinal de desespero: Num contexto de desemprego em massa, a lógica de uma teoria que coloca a oferta de mão-de-obra qualificada antes da demanda é no mínimo ilusória. Ao mesmo tempo a autora nos chama atenção para o fato de que nas mais avançadas indústrias de tecnologia, não está dada a necessidade de especialização fora do trabalho (WOOD, 2003, p. 247).

Pablo Gentili destaca que a promessa da escola como entidade integradora, tem sua gênese junto ao processo de criação dos sistemas escolares na segunda metade do século XIX. A Crise dos anos 70 marcará a desarticulação dessa promessa. No que se refere à sua dimensão econômica, dirá o autor:

Com efeito, a ruptura da promessa da escola como entidade integradora começou a se desencadear de forma definida nos anos de 1980, juntamente num contexto de revalorização do papel econômico da educação, da proliferação de discursos que começaram a enfatizar a importância produtiva dos conhecimentos [...] e de uma crescente ênfase oficial nos aportes supostamente fundamentais que as instituições escolares deviam realizar para a competitividade das economias na era da globalização (GENTILI, 2005, p. 49).

O contexto de desintegração da promessa integradora veio acompanhado da progressiva *privatização da função econômica* atribuída à escola. O que não significa a negação da contribuição econômica da escolaridade, mas a transformação de seu sentido. De uma lógica da integração em função de necessidades e demandas de caráter coletivo, passou-se para uma lógica econômica privada, guiada pela ênfase nas *capacidades e competências* (grifo nosso) que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional no intuito de atingir uma melhor posição no mercado de trabalho através da *empregabilidade*. (idem, p. 51).

Este modelo de formação técnico-profissional para o trabalho, longe de um viés transformador, está ligado intimamente às práticas de ajuste impostas aos países “não desenvolvidos” ou “em desenvolvimento” dentro de um contexto de globalização e reestruturação produtiva.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Sob os ditames de agências internacionais como o Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho, conforma-se, segundo Frigotto, a seguinte situação: Trata-se de uma educação e formação que desenvolvam habilidades básicas no plano do conhecimento, das atitudes e dos valores, produzindo competências para gestão da qualidade, para a produtividade e competitividade e, conseqüentemente, para a “empregabilidade” (FRIGOTTO, 2008, p. 45).

Qual o sentido histórico dessa formação profissional centrada em habilidades básicas, competências para a produtividade, qualidade total e competitividade? Qual seria o sentido da formação para a empregabilidade dentro de uma realidade de desemprego estrutural?

Não seria outro o sentido senão a formação de cidadãos passivos, não mais trabalhadores, mas colaboradores, nos dizeres de Frigotto: “déspotas de si mesmos em nome da produtividade e competitividade, empregabilidade” [...]. Uma profunda violência ideológica busca passar a idéia de que o Estado burguês e seus homens de negócios, juntamente com seus intelectuais coletivos, cumpriram seu papel de oferecer escola de qualidade total. Os que não encontram emprego são os expulsos do mercado por incompetência ou por não terem acertado as escolhas, transformando, assim, as vítimas do sistema excludente em algozes de si mesmos (idem, p 46).

Segundo Gentili, a *empregabilidade* estaria articulada a outras duas medidas para a superação da crise do capital: redução dos encargos patronais, flexibilização trabalhista e a formação profissional permanente. Cumpriria um novo papel na construção e legitimação de um novo *sensu comum* sobre o trabalho, sobre a educação, sobre o emprego e a própria individualidade.

Este apelo à *empregabilidade* e seu uso numa neoteoria do *capital humano*, metamorfoseado em novas condições de acumulação do capitalismo, representa a recuperação da concepção individualista da teoria do capital humano, longe de uma concepção de investimento em capital humano social, cujo referencial seria a integração de todos à vida produtiva, mas ao despertar de uma visceral competitividade entre os

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

indivíduos. Não é outro o discurso da classe dominante, “fornecer melhores condições de competição na luta pelos poucos empregos disponíveis” (GENTILI, 2005, pp. 52-54).

Por fim, dentro da perspectiva que se abre neste novo século, iniciado por uma das maiores crises já vistas, o discurso da *empregabilidade* cumpriria um importante papel na manutenção da estabilidade para o capital em sua tentativa de recuperação da taxa de lucro, desvalorizando o trabalho como direito universal, revalorizando a lógica do mercado e a competitividade, alienando e inviabilizando a consciência de classe.

Este perfil evidencia-se na VII Plenária Nacional da CUT, ocorrida no ano de 1995, em que se proclamava um outro tipo de formação profissional capaz de ampliar a satisfação das múltiplas necessidades do ser humano, articulando a educação profissional com a educação política, tornando-se tarefa da formação profissional também a formação da cidadania⁷. Conclui Santos:

Em vez de articular seu modelo de formação técnico-operacional do trabalhador com o projeto socialista, conforme o movimento dos trabalhadores historicamente o tem feito, a CUT o associa a um projeto vago de conquista da efetiva cidadania do trabalhador. Na medida em que as reivindicações da CUT no campo da educação perdem seu caráter anticapitalista e se conformam dentro de uma perspectiva meramente, humanista, de garantia das satisfações humanas – que, a propósito, não se define quais seriam -, perde-se também sua característica principal que se ria a perspectiva *omnilateral* de formação humana⁸.

Para Tumulo, a CUT deveria oferecer acesso ao conhecimento teórico na perspectiva de classe do proletariado, através da formação sindical subordinada a uma concepção revolucionária. Ao preocupar-se somente que as lutas das entidades da CUT vinculem-se à defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, mantêm-se no nos limites do ideário liberal-democrata⁹.

Mas qual seria a educação defendida por perspectiva revolucionária de cunho marxista? É necessário recorrermos ao marxismo como crítica a esta temática.

José Claudinei Lombardi destaca que não há na obra de Marx e Engels uma sistematização sobre a escola e a educação, encontrando-se essa questão diluída ao longo

⁷ (SOUZA, In ANTUNES, 2006, p. 490)

⁸ Idem, p. 491.

⁹ Ibidem, p. 493

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

de sua produção¹⁰. No entanto podemos caracterizar a pedagogia marxista apresentando alguns de seus aspectos: crítica a educação, ao ensino e à qualificação profissional burguesa; relação do proletariado com a ciência, a cultura e a educação; educação comunista e formação integral do homem (LOMBARDI & SAVIANI, 2005, p. 10). Este último aspecto representa, a nosso ver, a principal contribuição marxiana à educação, a crítica à divisão do trabalho na ordem burguesa e a impossibilidade de desenvolvimento da *omnilateralidade* humana. Tal concepção sempre esteve intimamente ligada ao desenvolvimento das forças produtivas, tendo Marx rejeitado toda reminiscência *anti-industrial* e toda didática baseada no jogo e em outras “atividades estúpidas”, daí a ligação entre a educação e a fábrica (idem p.14).

Podemos considerar alguns aspectos que desvelam o caráter revolucionário das propostas de Marx: a centralidade dialética do trabalho enquanto princípio educativo, o que resulta na proposta de uma educação *omnilateral* que se opõe à *unilateralidade* da formação burguesa; tal proposta tem por objetivo a eliminação da diferença entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre concepção e execução, assegurando a todos os homens uma compreensão integral do processo produtivo, o que pressupõe a combinação da educação intelectual com a produção material, combinada com exercícios físicos e com o trabalho produtivo, tendo por fundamento a instrução *politécnica*.

Por sua vez, como conclui Lombardi, a transformação da educação implica a transformação do modo de produzir dos homens, o que somente se concretizará quando for transformada a divisão social do trabalho, abolindo-se a diferença entre trabalho intelectual e trabalho manual, reaproximando-se a ciência da produção (idem, p. 21).

À guisa de conclusão, podemos afirmar que a CUT, ao conformar-se ao ditames reformistas liberais, ditados institucionalmente pelo Planfor, adapta-se ao discurso nada novo, já defendido pelo IDORT nos anos de 1930, de conciliação de classe e domesticação

¹⁰ Podemos citar como referência os textos *Critica ao programa de Gotha, Manifesto comunista, Instruções aos delegados do Conselho Central Provisório, Textos sobre educação e ensino, Critica da educação e do ensino, Capítulo XIII de O capital, “Primeiro esboço de A guerra civil em França”*.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

da classe trabalhadora em nome da manutenção da taxa de lucro do capital em tempos de crise.

Para além do capital, apreendendo o movimento dialético que nos coloca o prelúdio da superação histórica desta formação social ditada pelos valores do capital, assevera Mézáros:

Tendo em vista o fato de que o processo de reestruturação radical deve ser orientado pela estratégia de uma reforma concreta e abrangente de todo o sistema no qual se encontram os indivíduos, o desafio que deve ser enfrentado não tem paralelos na história. Pois o cumprimento dessa nova tarefa histórica envolve simultaneamente a mudança qualitativa das condições objetivas de reprodução da sociedade, no sentido de reconquistar o controle total do próprio capital – e não simplesmente das personificações do capital que afirmam os imperativos do sistema como capitalistas dedicados – e a *transformação progressiva da consciência* em resposta às condições necessariamente cambiantes. Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida sociedade de produtores livremente associados”. Portanto, é surpreendente que na concepção marxista, a “*efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho*” seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional (MÉSZÁROS, 2005, p. 65).

Ao adaptar-se ao discurso institucionalizado da formação profissional, abandonando o projeto socialista de suas bases, a CUT se distancia do projeto transformador e da autoconsciência da classe trabalhadora, deixando-a atrair-se por *Cila e Caribde* ao rochedo dos novos tempos do liberalismo, agora com uma roupagem *neoliberal*, cumprindo um importante papel para o capital na tentativa de controle de suas crises conjunturais que, cada vez mais, tornam-se duradouras. Não há outra saída para a classe trabalhadora que não passe necessariamente pela superação da instrumentalização de suas organizações, entre elas a CUT, e a criação de um projeto educacional para além da égide do capital.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **O Novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo, 2000.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

ALVES, Giovanni. Do “novo sindicalismo” à “concertação social”. In: **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, 2000.

ANTONACCI, Maria Antonieta M. **A vitória da razão – o instituto de organização racional do trabalho**: de 1931 a 1945. São Paulo, FFLCH, USP, 1985.

ANTONACCI, Maria Antonieta M. Institucionalizar ciência e tecnologia em torno da Fundação do IDORT (São Paulo, 1918/1931). In: **Revista Brasileira de História**, n. 14, São Paulo: Marco Zero, 1987.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho** – ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil**: da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez, 1980.

ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

BATISTA, Roberto Leme. **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis, 2003.

BATISTA, Roberto Leme; GONZALEZ, Jorge C; ALVES, Giovanni. **Trabalho e Educação**: contradições do capitalismo global. Londrina: Práxis, 2006.

BATISTA, Eraldo Leme. Transformações no Mundo do Trabalho e o Debate Trabalho e Educação. In: BATISTA, Roberto Leme; GONZALEZ, Jorge C.; ALVES, Giovanni. **Trabalho e Educação**: contradições do capitalismo global. Londrina: Práxis, 2006.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

CAMPOS, Cristina Hebling. **O sonhar libertário: movimento operário nos anos de 1917 a 1921.** Campinas: Pontes, 1988.

CUNHA, Célio da. **Educação e autoritarismo no estado novo.** Campinas: Autores Associados, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização.** São Paulo: Unesp, 2005.

_____. **O ensino industrial na irradiação do industrialismo.** São Paulo: Unesp, 2005.

CUT. Resoluções da Plenária Nacional da Cut, Belo Horizonte, 1990.

CUT. Resoluções da Plenária Nacional da Cut, São Paulo, 1992.

CUT. Resoluções da Plenária Nacional da Cut, São Paulo, 1993.

CUT. Resoluções da Plenária Nacional Zumbi dos Palmares, São Paulo, 1995.

CUT. Resoluções da Plenária Nacional Canudos, São Paulo, 1996.

CUT. Resoluções do 1º Congresso Nacional da CUT, São Bernardo do Campo, 1984.

CUT. Resoluções do 2º Congresso Nacional da CUT, Rio de Janeiro, 1986.

CUT. Resoluções do 3º Congresso Nacional da CUT, Belo Horizonte, 1988.

CUT. Resoluções do 4º Congresso Nacional da CUT, São Paulo, 1991.

CUT. Resoluções do 5º Congresso Nacional da CUT, São Paulo, 1994.

CUT. Resoluções do 6º Congresso Nacional da CUT, São Paulo, 1997.

CUT. Resoluções do 7º Congresso Nacional da CUT, Serra Negra, 2000.

CUT. Resoluções do 8º Congresso Nacional da CUT, São Paulo, 2003.

GIANOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GIANOTTI, Vito; NETO, Sebastião. **CUT ontem e hoje.** Petrópolis: Vozes, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo.** Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

HELOANI, José Roberto. **Gestão e organização no capitalismo globalizado; História da manipulação psicológica no mundo do trabalho.** São Paulo: Atlas, 2003.

JACOMELI, Mara Regina Martins. **PCNs, e temas transversais: análise histórica das políticas educacionais brasileiras.** Campinas: Átomo e Alínea, 2007.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

JACOMELI, Mara Regina Martins & XAVIER, Maria Elizabete S. Prado. O liberalismo e o ideário republicano para a instrução pública. In: Jose Claudinei Lombardi (Org.) **Temas de Pesquisa em Educação**. Campinas: Autores Associados, 2003.

KOWARICK, Lúcio: **As lutas sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e terra, 1994.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, Marcos Francisco. **Ensino técnico e globalização**. Campinas-SP: Autores Associados, 2000.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

NAGLER, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: Ed. Univ. de São Paulo, 1974.

NEVES, Lucia Maria W. **O empresariamento da educação**. Novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2002.

NEVES, Lucia Maria W. **A nova Pedagogia da hegemonia, estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

NEVES, Lúcia Maria W. **Educação e política no limiar do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2000.

NORONHA, Olinda Maria. **Ideologia, trabalho e educação**. Campinas: Alínea, 2004.

PICHELI, Valdir. **O Idort enquanto proposta educacional no contexto de formação da hegemonia burguesa no Brasil (1930 – 1944)**. Tese Doutorado, FE/Unicamp, Campinas, 1997.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. **História da Educação Brasileira**, a organização escolar. Campinas: Autores Associados, 2003.

ROLNIK, Raquel. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: Kowarick, Lúcio: **As Lutas Sociais e a cidade**. São Paulo: Paz e terra, 1994.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

SADER, Eder. Do anarquismo ao comunismo de Estado. In: **Movimento Operário Brasileiro**, 1900/1979, Veja, Belo Horizonte, 1980.

SANFELICE, José Luís. **Globalização, pós-modernidade e educação, história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Autores Associados, 2003.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, qualificação e ação sindical no Brasil no limiar do século XXI**: disputa de hegemonia ou consentimento ativo? Tese de Doutorado, IFCH/Unicamp, Campinas, 2005.

SOUZA, José dos Santos. Nova institucionalidade de política de educação profissional e ação sindical no Brasil. In: **Trabalho e educação**; contradições do capitalismo global. Londrina: Práxis, 2006.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, educação e sindicalismo no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2002.

TUMOLO, Paulo Sergio. **Da contestação à conformação**; a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Unicamp, 2002.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WEINSTEIN, Bárbara. **(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil**. 1920-1964, Cortez: CDAPH-IFAN, São Paulo, 2000.

WOOD, Ellen Meikins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo. São Paulo: Boitempo, 2005.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 4 - 2009

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **Capitalismo e escola no Brasil**: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961). Campinas, SP: Papirus, 1990.

ZANELLA, José Luiz. **O trabalho como princípio educativo do ensino**. Tese Doutorado, FE/Unicamp, 2003.